

MULHERES NAS DIVISÕES DE ELITE DO FUTEBOL BRASILEIRO: UM ESTUDO QUANTITATIVO DA OCUPAÇÃO DE CARGOS TÉCNICOS E DE ARBITRAGEM (2020-2022)

WOMEN IN THE ELITE DIVISIONS OF BRAZILIAN FOOTBALL: A QUANTITATIVE STUDY OF WOMEN'S OCCUPATION OF TECHNICAL STAFF AND REFEREEING POSITIONS (2020-2022) 

MUJERES EN LAS DIVISIONES DE ÉLITE DEL FÚTBOL BRASILEÑO: UN ESTUDIO CUANTITATIVO SOBRE LA OCUPACIÓN DE CARGOS TÉCNICOS Y DE ARBITRAJE (2020-2022) 

 <https://doi.org/10.22456/1982-8918.147150>

 **Gabriela Weinert*** <gabi.weinert6@gmail.com>

 **Maria Thereza Oliveira Souza*** <mariathereza_souza93@yahoo.com.br>

 **Guilherme Moreira Caetano Pinto** <>

* Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, PR, Brasil.

Resumo: Este estudo analisa a participação de homens e mulheres em cargos técnicos e de arbitragem na Série A do Campeonato Brasileiro Masculino e na Série A1 do Campeonato Brasileiro Feminino entre 2020 e 2022, utilizando dados das súmulas digitais da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). No futebol masculino, a participação de mulheres nas comissões de arbitragem cresceu de 2,79% em 2020 para 5,22% em 2022, enquanto nas comissões técnicas foi ainda mais limitada, variando de 0% a 0,24%. Em contraste, no futebol feminino, a presença de mulheres em cargos de liderança é mais expressiva e crescente, alcançando mais de 40% de árbitras principais e 60% de árbitras assistentes em 2022, e uma representação de 39,89% nas comissões técnicas. O estudo conclui que, apesar das disparidades persistentes, houve um avanço significativo da ocupação por mulheres em cargos no futebol feminino.

Palavras-chave: Futebol. Liderança. Esporte. Políticas.

Recebido em: 28 abr. 2025.
Aprovado em: 15 jun. 2026
Publicado em: 28 ago. 2026



Este é um artigo publicado
sob a licença *Creative
Commons* Atribuição 4.0
Internacional (CC BY 4.0)

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o esporte foi constituído como um espaço predominantemente masculino e a participação da mulher foi cerceada em modalidades consideradas inadequadas do ponto de vista de sua suposta fragilidade (Hong; Mangan, 2003; Anjos *et al.*, 2018). Este contexto é especialmente característico do futebol, que foi associado a atributos de masculinidade e caracterizado como uma área de reserva masculina em vários países ao redor do mundo desde o seu desenvolvimento inicial na Inglaterra, como indicaram Elias e Dunning (1992).

No Brasil, as mulheres enfrentaram uma significativa resistência social à sua participação esportiva, o que conseqüentemente, reverberou na atuação profissional em funções relacionadas à comissão técnica ou de arbitragem (Hong; Mangan, 2003; Anjos *et al.*, 2018; Lima; Melo; Macedo, 2022). A ocupação destes espaços, no futebol e também em outros esportes, ocorreu por meio do desafio a estas barreiras sociais (Oliveira; Cherem; Tubino, 2008). Mesmo após a regulamentação da participação feminina no futebol brasileiro (Schumacher, 2000; Reis; Arruda, 2011), mulheres continuaram enfrentando barreiras institucionais para ocupar posições profissionais no esporte, incluindo funções de arbitragem e comissão técnica.

Essa resistência histórica é analisada por Goellner (2007), que propõe ‘novos olhares e outras palavras’ para compreender a participação feminina no esporte. A autora defende que é necessário valorizar as trajetórias e as narrativas de mulheres muitas vezes silenciadas que desafiaram essas estruturas excludentes. Muitas são as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para serem inseridas e/ou se manterem em cargos de comissão técnica e arbitragem.

O preconceito se relaciona à forma como percepções hegemônicas sobre a feminilidade, a sexualidade e a suposta fragilidade das mulheres são historicamente construídas e reproduzidas no futebol. A associação entre o treinamento esportivo e a figura masculina não é natural, Elias e Dunning (1992) contextualizam como o resultado de processos históricos de institucionalização do esporte moderno, que consolidaram espaços esportivos como predominantemente masculinos. Nesse contexto, funções de liderança técnica passaram a ser socialmente associadas aos homens, dificultando a inserção feminina nesses cargos (Norman, 2010). De maneira semelhante, a arbitragem envolve posições de autoridade e tomada de decisão que, historicamente, foram vinculadas a atributos culturalmente associados à masculinidade (Lima; Melo; Macedo, 2022).

Diante deste cenário, a ocupação de homens e mulheres em cargos no futebol foi analisada por Passero *et al.* (2020). A partir de uma análise relacionada ao Campeonato Brasileiro Feminino dos anos de 2013 a 2019, os autores verificaram que homens ocuparam 85% dos cargos de comissão técnica, e que a maior inserção de mulheres se deu no cargo de auxiliar técnica (22%). Nos cargos de arbitragem, as mulheres apresentaram maior inserção e estabilidade como árbitra assistente (59%).

Concomitantemente, em 2018, a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) anunciou a cartilha “Estratégia Global para o Futebol Feminino”.

Nesta, foram elencados os principais pontos para o desenvolvimento da modalidade, como melhorias dentro e fora de campo, incentivo a competições, investimento em marketing, igualdade de gênero, liderança de mais mulheres e incentivos ao empoderamento feminino. Todas as confederações internacionais e federações nacionais filiadas à FIFA são obrigadas a implementar tais medidas. O reflexo desta estratégia pôde ser vista por meio de ações realizadas por órgãos filiados como a Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL) e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), e por meio das estatísticas coletadas nas duas últimas Copas do Mundo realizadas após a Cartilha – 2019 (França) e 2023 (Austrália e Nova Zelândia) (FIFA, 2023).

Face ao processo de expansão mundial do futebol feminino e com vistas a uma atualização dos números obtidos pelo relevante estudo de Passero *et al.* (2020), apresenta-se o objetivo central do presente estudo: analisar a ocupação de cargos por mulheres em comissões técnicas e de arbitragem na Série A do Campeonato Brasileiro Masculino e na Série A1 do Campeonato Brasileiro Feminino nos anos de 2020, 2021 e 2022.

Este estudo visa expandir a análise para o período subsequente ao investigado por Passero *et al.* (2020) e, assim, obter uma compreensão atualizada do cenário do futebol no Brasil em relação à ocupação feminina de cargos na comissão técnica e arbitragem. Ademais, avança ao explorar também o futebol masculino. O esporte, como espelho dos elementos sociais, culturais e históricos de uma sociedade, assume um papel significativo na reflexão das desigualdades presentes. Portanto, a presente investigação impulsiona uma reflexão acerca da promoção da igualdade no esporte, bem como a evolução no cenário esportivo e a observação dos reflexos das políticas de fomento direcionadas ao futebol feminino.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os dados foram coletados a partir das súmulas digitais disponíveis no site oficial da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), acessado através do endereço eletrônico www.cbf.com.br na aba "Futebol Brasileiro". Na seção "Tabelas", foi selecionada a opção "Série A" para os dados do campeonato masculino, e a opção "Feminino A1" para o campeonato feminino. Assim, foi possível encontrar informações completas sobre os jogos, rodadas e tabelas das diversas edições do Campeonato Brasileiro.

Para obtenção dos dados desejados, foi selecionado o ano a ser analisado e, em seguida, selecionada a rodada/fase desejada: da primeira à trigésima oitava rodada no masculino; e, da primeira à décima quinta rodada, quartas de final, semifinal e final no feminino.

Foram considerados 1140 jogos da série A do campeonato brasileiro masculino de futebol, sendo 380 em 2020, 380 em 2021 e 380 em 2022. Já o levantamento das partidas da série A1 do campeonato brasileiro feminino de futebol resultou em 402 jogos, sendo 134 em 2020, 134 em 2021 e 134 em 2022.

Dessa forma, foi possível obter informações detalhadas sobre a comissão de arbitragem e sobre a comissão técnica das equipes envolvidas em cada partida. Com base nessas informações, foram analisadas as seguintes funções da comissão de arbitragem: árbitro principal, árbitro assistente 1, árbitro assistente 2, quarto árbitro, analista de campo, VAR, AVAR 1, AVAR 2, observador de VAR e Quality Manager. As demais funções que podem ou não constar nas súmulas (varia de jogo para jogo) não foram analisadas, tendo em vista sua frequência de aparecimento inconsistente e/ou por não influenciarem diretamente nas decisões tomadas dentro do campo durante o jogo.

Em relação à comissão técnica foram analisadas as seguintes funções: técnico(a), auxiliar técnico(a), médico(a), preparador(a) físico(a), fisioterapeuta, massagista e treinador(a) de goleiros(as).

A unidade de análise adotada no estudo corresponde às ocorrências registradas nas súmulas das partidas das competições analisadas. Dessa forma, cada função presente na comissão técnica ou na equipe de arbitragem foi contabilizada conforme sua aparição em cada partida, independentemente de eventual repetição de um mesmo profissional ao longo do campeonato. Esse procedimento permitiu mensurar a distribuição de homens e mulheres nas funções observadas ao longo das temporadas analisadas.

Com base nas informações coletadas, foi elaborada uma planilha com as funções de arbitragem e comissão técnica quantificando o número de mulheres e homens em cada uma. As funções analisadas foram classificadas conforme a nomenclatura oficial registrada nas súmulas das competições organizadas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), respeitando a designação institucional de cada cargo. A análise dos dados ocorreu por meio de estatística descritiva através do cálculo de percentual. Os resultados gerados foram tabulados a partir de distribuição de frequência.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 COMISSÕES DE ARBITRAGEM

Através da análise de súmulas do Campeonato Brasileiro da Série A Masculina e A1 Feminina, foi possível obter a porcentagem de homens e mulheres atuando em cargos da comissão de arbitragem. A Tabela 1 se refere ao Campeonato Brasileiro Masculino:

Tabela 1 - Percentual de homens e mulheres atuando em cargos de comissões de arbitragem da Série A do Campeonato Brasileiro Masculino nos anos de 2020, 2021 e 2022

MASCULINO						
	2020		2021		2022	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Árbitro Principal	97,37%	2,63%	98,16%	1,84%	97,64%	2,36%
Árbitro Assistente 1	97,37%	2,63%	96,58%	3,42%	97,38%	2,62%
Árbitro Assistente 2	95,53%	4,47%	90,26%	9,74%	88,98%	11,02%
Quarto Árbitro	100,00%	0,00%	99,21%	0,79%	100,00%	0,00%
Analista de Campo	95,31%	4,69%	91,43%	8,57%	93,07%	6,93%
VAR	100,00%	0,00%	99,74%	0,26%	91,60%	8,40%
AVAR 1	98,68%	1,32%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
AVAR 2	99,74%	0,26%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Observador de VAR	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Quality Manager	88,08%	11,92%	77,78%	22,22%	0,00%	0,00%
FREQ. TOTAL (%)	97,21%	2,79%	94,80%	5,20%	94,78%	5,22%

Fonte: Os autores (2025).

Os dados indicam que, embora a arbitragem permaneça amplamente masculina ao longo do período analisado, observa-se um crescimento pontual da participação feminina, especialmente nos cargos de Árbitro Assistente 2 e VAR. Ainda assim, esses avanços não foram suficientes para alterar de forma substantiva a predominância masculina, que se mantém superior a 94% em todos os anos estudados.

Observa-se que no campeonato masculino a maior discrepância está relacionada às funções de liderança, especialmente no cargo de Árbitro Principal, na qual a variação na participação feminina se manteve entre 1% e 3% ao longo dos anos analisados. É importante ressaltar que esses números se referem exclusivamente à atuação da árbitra Edina Alves Batista. A pequena ocupação de mulheres nesse posto não é exclusividade do Brasil. Na Inglaterra, por exemplo, a árbitra Rebeca Welch se tornou notícia em 2023 por ter sido a primeira mulher a atuar como árbitra principal em uma partida da Premier League (Ronald, 2023). Em conjunto, esse cenário sugere consequências ainda presentes na atualidade das barreiras históricas que marcaram a participação feminina no esporte, frequentemente cerceada em modalidades consideradas incompatíveis com sua suposta fragilidade (Hong; Mangan, 2003).

A Tabela 2 expõe os dados obtidos a partir da análise detalhada das súmulas do Campeonato Brasileiro Feminino:

Tabela 2 - Percentual de homens e mulheres atuando em cargos de comissões de arbitragem da Série A1 do Campeonato Brasileiro Feminino nos anos de 2020, 2021 e 2022

FEMININO						
	2020		2021		2022	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Árbitro Principal	76,87%	23,13%	81,34%	18,66%	59,70%	40,30%
Árbitro Assistente 1	38,81%	61,19%	51,13%	48,87%	33,58%	66,42%
Árbitro Assistente 2	50,75%	49,25%	53,73%	46,27%	40,30%	59,70%
Quarto Árbitro	76,12%	23,88%	83,58%	16,42%	68,66%	31,34%
Analista de Campo	82,71%	17,29%	91,04%	8,96%	86,26%	13,74%
VAR	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
AVAR 1	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
AVAR 2	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Observador VAR	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Quality Manager	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FREQ. TOTAL (%)	78,16%	21,84%	74,03%	25,97%	61,79%	38,03%

Fonte: Os autores (2025)

Os dados revelam um aumento consistente da participação feminina ao longo do período analisado, com destaque para o cargo de Árbitro Assistente 1 e para a ampliação da presença de mulheres na função de Árbitro Principal em 2022. Após uma retração geral entre 2020 e 2021, observa-se uma recuperação expressiva no ano seguinte, indicando uma tendência de crescimento da ocupação feminina, ainda que com variações pontuais entre as funções.

Ao comparar com o estudo de Passero *et al.* (2020), observa-se que a média de ocupação feminina no cargo de Árbitro Principal entre 2013 e 2019 foi de 39%, enquanto no presente estudo (2020-2022) essa média foi inferior, atingindo 27,36%. Ainda, Passero *et al.* (2020) destacam que 59% dos Árbitros Assistentes eram mulheres, enquanto, no presente estudo, essa porcentagem foi de 55,74%. Por outro lado, na função de Quarto Árbitro, Passero *et al.* (2020) registraram uma ocupação feminina de 22%, enquanto este estudo identificou uma ligeira elevação para 23,88%.

A comparação entre as Tabelas 1 e 2 revela padrões distintos no crescimento da ocupação feminina nos cargos de arbitragem ao longo dos últimos anos. Na Tabela 1, o destaque é o cargo de Árbitro Assistente 2, que apresentou um aumento gradual e consistente, consolidando-se como a posição com maior crescimento em 2022. Já na Tabela 2 aponta o cargo de Árbitro Assistente 1 como o que apresentou a maior ocupação feminina em 2022, com uma presença significativamente superior em relação às demais funções.

No que se refere à função de VAR, as tabelas também divergem: enquanto a Tabela 1 evidencia um aumento expressivo da participação feminina nessa função, saindo de uma ausência total em 2020 para uma ocupação relevante em 2022, a Tabela 2 mostra uma estabilidade no percentual de ocupação feminina no mesmo cargo entre 2021 e 2022, sugerindo uma desaceleração nesse crescimento em comparação a outras funções.

Em ambos os conjuntos de dados, no entanto, verifica-se uma tendência de aumento da participação feminina. A Tabela 1 aponta para um crescimento contínuo, porém mais moderado, enquanto a Tabela 2 apresenta uma expansão mais acentuada, especialmente no intervalo entre 2021 e 2022. Isso sugere que, apesar de variações nas funções específicas, o cenário geral mostra uma recuperação e intensificação da ocupação feminina após um período de redução entre 2020 e 2021.

Adicionalmente, a Tabela 2 oferece uma análise comparativa com o estudo de Passero *et al.* (2020), que ressalta uma diminuição na participação feminina no cargo de Árbitro Principal e Árbitro Assistente em relação à média histórica (2013-2019), mas aponta um discreto avanço na função de Quarto Árbitro, evidenciando um crescimento, ainda que modesto, em determinadas funções.

Assim, as análises das Tabelas 1 e 2 indicam um panorama de crescimento da ocupação feminina nos cargos de arbitragem, com variações nos ritmos e nas funções específicas. Essa dinâmica de inserção feminina no campo da arbitragem reflete questões mais amplas sobre gênero e poder, tendo em vista que tais conceitos estão interligados na constituição das relações sociais (Scott, 1995). Concorde-se que enfatizar o conceito de gênero como resultado da construção social permite compreender como desigualdades são historicamente produzidas e reproduzidas nas instituições esportivas (Sousa; Altmann, 1999).

No contexto esportivo, modalidades consideradas violentas, competitivas e agressivas costumam ser associadas à virilidade (Badinter, 1993), e essa percepção se reflete também na arbitragem. A função de Árbitro, que envolve liderança, poder de decisão e firmeza, é tradicionalmente vista como um papel masculino, reforçando estereótipos de masculinidade (Abrahão; Viel, 2018). Na arbitragem, a mulher estar em posição de comando e decisão hegemonicamente de homens traz uma maior cobrança e rigor em relação aos seus colegas, dificultando seu desenvolvimento (Lima; Melo; Macedo, 2022). Como argumenta Goellner (2007), essa visão está sustentada por uma lógica androcêntrica que estruturou historicamente o esporte como um campo de exclusão simbólica e material das mulheres. Quando a árbitra Edina Alves Batista comete erros em partidas do Campeonato Masculino, frequentemente gera questionamentos sobre a competência das árbitras a partir da análise da categoria mulher. Em contraste, erros cometidos por árbitros homens tendem a ser analisados de maneira individualizada, sem impactar a percepção sobre a competência do grupo masculino.

Esse tipo de reação sugere que, no esporte, ainda existem diferentes expectativas em relação à atuação de homens e mulheres na arbitragem. A matéria de Elas no Ataque, do Correio Braziliense, exemplifica esse padrão ao citar o caso de Ana Paula Oliveira. Após um erro em 2007, Carlos Montenegro, ex-presidente do Botafogo, afirmou: "Ela é totalmente despreparada. Errou dois lances seguidos. Não vejo mulher na Copa do Mundo, não vi mulher na final da Liga dos Campeões nem nas decisões mais importantes do mundo, mas colocaram uma mulher hoje, justo contra o Botafogo". Esse comentário reflete uma visão de que as mulheres são vistas como uma categoria à parte, em vez de serem avaliadas individualmente como profissionais. Essa percepção, aliada ao afastamento de Ana Paula Oliveira do quadro da FIFA, contrasta com a forma como erros de árbitros homens são abordados.

A Copa do Mundo Masculina de futebol realizada em 2022, no Qatar, foi a primeira edição que contou com a convocação de mulheres para o quadro de arbitragem. Dos 129 convocados, seis são mulheres, três árbitras e três assistentes. Ao ser questionado pelo número de mulheres atuando, Pierluigi Colina, Chefe do Departamento de Arbitragem da FIFA, afirmou que as árbitras não foram convocadas por serem mulheres, mas por serem árbitras, sendo avaliadas pelos treinos e critérios técnicos (Fernandez, 2022).

Portanto, a discussão explícita e contrasta narrativas que atribuem a permanência das desigualdades no futebol exclusivamente ao mérito individual, desconsiderando barreiras institucionais e históricas que estruturam o acesso das mulheres aos cargos de elite.

3.2 COMISSÕES TÉCNICAS

As Tabelas 3 e 4 apresentam a ocupação de mulheres em cargos de comissão técnica em jogos da série A do Campeonato Brasileiro masculino e da série A1 do Campeonato Brasileiro feminino.

Tabela 3 - Percentual de homens e mulheres atuando em cargos de comissões técnicas da Série A do Campeonato Brasileiro Masculino nos anos de 2020, 2021 e 2022

MASCULINO						
	2020		2021		2022	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Técnico	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Auxiliar Técnico	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Médico	99,86%	0,14%	98,29%	1,71%	98,43%	1,57%
Preparador Físico	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Fisioterapeuta	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Massagista	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Treinador de Goleiro	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
FREQ. TOTAL (%)	99,98%	0,02%	99,76%	0,24%	99,79%	0,21%

Fonte: Os autores (2025)

Tabela 4 - Percentual de homens e mulheres atuando em cargos de comissões técnicas da Série A1 do Campeonato Brasileiro Feminino nos anos de 2020, 2021 e 2022

FEMININO						
	2020		2021		2022	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Técnico	88,31%	11,69%	75,00%	25,00%	67,45%	32,55%
Auxiliar Técnico	65,07%	34,93%	50,68%	49,32%	59,23%	40,77%
Médico	70,69%	29,31%	52,63%	47,37%	53,18%	46,82%
Preparador Físico	87,07%	12,93%	83,40%	16,60%	70,61%	29,39%
Fisioterapeuta	21,28%	78,72%	30,95%	69,05%	24,73%	75,27%
Massagista	58,85%	41,15%	53,47%	46,53%	51,15%	48,85%
Treinador de Goleiro	84,03%	15,97%	93,31%	6,69%	94,44%	5,56%
FREQ. TOTAL (%)	67,90%	32,10%	62,78%	37,22%	60,11%	39,89%

Fonte: Os autores (2025)

Os resultados mostram que no futebol masculino (Tabela 3) ainda há uma ocupação quase que absoluta e exclusiva de homens nos cargos de comissão técnica. O maior percentual de ocupação por mulheres se refere à função de Médico, sendo de 1,71% em 2021. Em todas as outras funções, o percentual é 100% de ocupação masculina. Neste sentido, não é possível projetar um crescimento significativo para os anos futuros.

Já no futebol feminino, a Tabela 4 ilustra que, de fato, as mulheres vêm ocupando mais espaços. O aumento de mulheres atuando como técnicas quase triplicou em relação a 2020, alcançando 32,55% em 2022, indicando uma tendência de crescimento nos próximos anos.

Observa-se um crescimento gradual da participação feminina em algumas funções das comissões técnicas, acompanhado por uma ampliação da presença total de mulheres ao longo do período analisado. Destaca-se, contudo, a forte concentração feminina no cargo de Fisioterapeuta, que se mantém como a única função majoritariamente ocupada por mulheres em todos os anos do estudo, ao passo que outras posições técnicas, como a de Treinador de Goleiros, seguem apresentando retração da participação feminina.

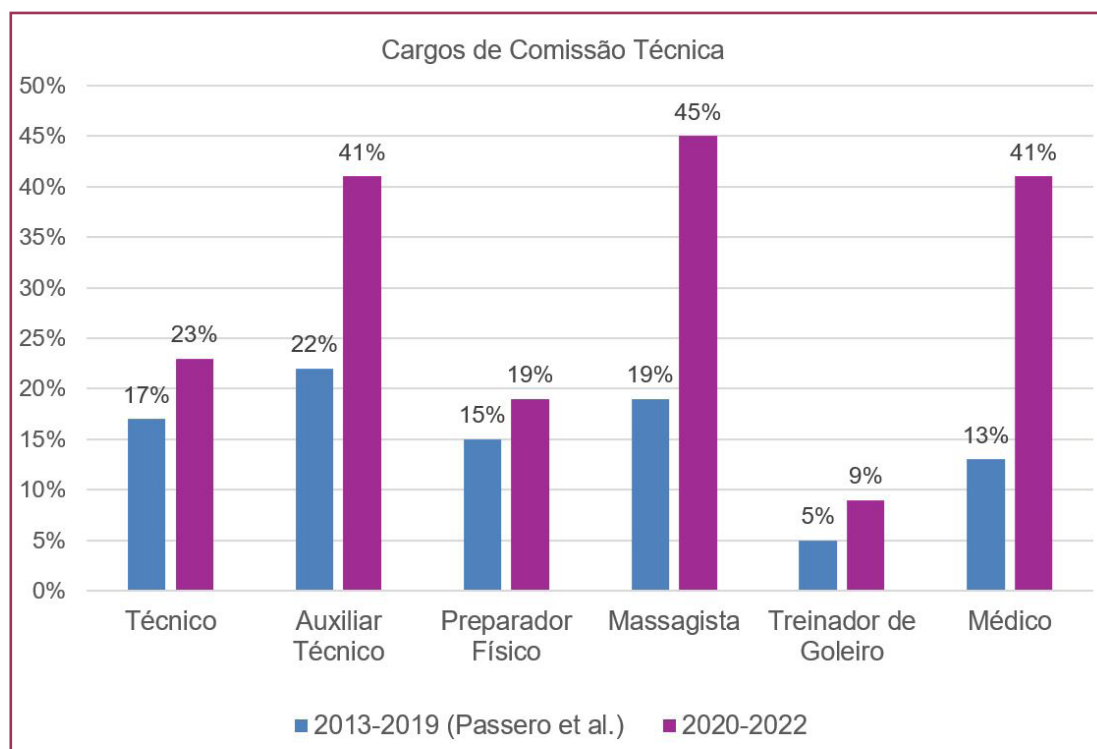
Um dos fatores que contribuíram para essa ocupação de espaço foi a cartilha imposta pela FIFA (2018), a qual incentivou medidas no intuito de alterar a situação do futebol feminino em contexto mundial até 2026. O reflexo disso pôde ser visto quando, em um feito histórico, a ex-jogadora e auxiliar técnica do Union Berlin, Marie-Louise Eta, se tornou a primeira mulher a comandar um time da Bundesliga (Liga Profissional de futebol na Alemanha) do campeonato masculino. Marie ficou à beira dos gramados no dia 28 de Janeiro de 2024, devido a suspensão do treinador Nenad Bjelica (Nascimento, 2024).

Em obediência à cartilha da FIFA, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), em cumprimento ao estabelecido pelo Decreto nº 11.458/2023 (Brasil, 2023), tem como dever fomentar a participação feminina em cargos de gestão, arbitragem e direção técnica em times de futebol. Esta medida tem como objetivo aumentar a participação de mulheres em cargos de liderança no esporte, além de buscar melhores condições para as próprias atletas, como melhoria de salário e realização de contratos, buscando ampliar a profissionalização da modalidade em território brasileiro.

Comparando com o estudo de Passero *et al.* (2020), observa-se um aumento significativo na frequência total da ocupação de mulheres em todos¹ os cargos analisados, como ilustrado na Figura 1:

¹ O cargo de Fisioterapeuta não foi inserido na Figura 1 por falta de dados no estudo de Passero et al. (2020).

Figura 1 - Frequência Total em porcentagem da ocupação de mulheres em cargos da comissão técnica durante os anos de 2013-2019 e 2020-2022.



Fonte: Os autores (2025).

A análise revela um aumento substancial da participação feminina em diversos cargos, embora o ritmo de crescimento varie conforme a função analisada.

No cargo de Técnico, a ocupação feminina aumentou de 17% para 23%, evidenciando um progresso moderado e indicando uma abertura gradual para mulheres na liderança técnica de equipes. Em relação à função de Auxiliar Técnico, houve um crescimento expressivo, com a ocupação feminina passando de 22% para 41%, o que sugere uma significativa ampliação de oportunidades para as mulheres nesse posto ao longo dos anos. A frequência de mulheres na posição de Preparador Físico passou de 15% para 19%, apontando para uma tendência de aumento, ainda que discreta, na presença feminina em uma função que demanda conhecimentos especializados em preparação física e desempenho esportivo.

Destaca-se o cargo de Massagista, que apresentou um aumento expressivo de ocupação feminina, de 19% para 41%, sinalizando uma maior inclusão ou uma ampliação das oportunidades para mulheres nesse tipo de assistência. Esse aumento pode estar relacionado a uma mudança nas percepções acerca das habilidades demandadas para a função. No cargo de Treinador de Goleiro, observou-se um crescimento mais modesto, de 5% para 9%, refletindo uma baixa presença feminina em funções diretamente ligadas à especialização técnica em áreas específicas do jogo, indicando que essa posição ainda é majoritariamente ocupada por homens.

Por fim, no cargo de Médico, houve um crescimento significativo, passando de 13% para 41%. Esse aumento substancial sinaliza uma crescente inserção de mulheres na área médica esportiva, equiparando-se ao nível de ocupação feminina observado no cargo de massagista no período de 2020-2022.

A análise dos dados revela que, embora tenha ocorrido um aumento significativo da presença feminina na maioria dos cargos avaliados, a ocupação por mulheres não ultrapassa 50% da frequência total em nenhum dos cargos. Ademais, enquanto homens atuam regularmente em cargos técnicos no campeonato feminino, a presença de mulheres nas mesmas funções no campeonato masculino é ainda mais limitada.

A dominância de homens em posições de liderança faz com que meninas não identifiquem a área esportiva como carreira profissional e meninos não reconhecem que mulheres possam fazer parte desse meio (Barreira, 2021; Whisenant; Miller; Pedersen, 2005). Para melhor explicar o cenário, duas metáforas têm sido usadas por pesquisadores na última década: a do teto de vidro e a do labirinto.

A primeira, amplamente conhecida no ramo administrativo, utiliza-se para evidenciar as disparidades de gênero referente à salário e cargos de liderança. As mulheres visualizam cargos acima dos seus, mas quando progridem, encontram cada vez mais dificuldades e desvantagens para alcançar o topo da hierarquia (Barreira, 2021; Cotter *et al.*, 2001). Entretanto, ao romper com esse teto de vidro, são vistas como importantes e servem de exemplo para outras meninas e mulheres, mas o feito não garante que não haverá mais barreiras e que a progressão ocorrerá (Barreira, 2021).

No contexto esportivo, entende-se que a metáfora não compreende a pirâmide esportiva e pressupõe que essas dificuldades não são encontradas na base, em cargos mais baixos. Dessa forma, apesar da teoria explicar algumas desigualdades de gênero, pode ser perigosa quando utilizada nas políticas esportivas porque são ações direcionadas ao topo da estrutura organizacional/esportiva, enquanto há profissionais que encontram as dificuldades para se inserir e se manter na base do sistema são ignoradas pelas políticas esportivas, portanto, é importante que estas políticas alcancem um grande número de mulheres, incluindo as que não alcançaram uma posição de liderança no esporte (Barreira, 2021). Ainda que a teoria não se manifeste de maneira idêntica ao contexto corporativo, sua adaptação ao campo esportivo permite evidenciar obstáculos institucionais persistentes, que não podem ser explicados exclusivamente por atributos individuais.

Diante disso, surge a metáfora do labirinto, as autoras Eagly e Carli (2007) propõem que alguns caminhos são mais diretos para cargos de liderança, e outros levam a lugar nenhum ou “becos sem saída”. O labirinto não se concentra nas dificuldades encontradas muito cedo ou muito tarde por mulheres, mas implica que estas encontram dificuldades por todo o percurso de suas carreiras, sugerindo que o avanço é difícil, mas não impossível. As autoras reconhecem que as mulheres percorrem diferentes caminhos de liderança de acordo com os diversos grupos de identidade de raça, orientação sexual, etnia e nacionalidade (Barreira, 2021; Kark; Eagly, 2010).

No cenário brasileiro, a modalidade esportiva é um elemento a ser considerado dentro do caminho percorrido no labirinto. Estudos de Ferreira *et al.* (2013) sugerem que mulheres percorrem um caminho mais leve e tranquilo enquanto treinadoras e

líderes na ginástica, em contraste, o percurso é mais longo e pesado em modalidades como futebol (Passero *et al.*, 2020) e basquete (Passero *et al.*, 2019). No caso do treinamento, persiste a associação do treino à figura masculina, o que torna a ocupação desses cargos mais difícil (Norman, 2010).

Os dados apresentados sobre a baixa representatividade feminina, especialmente no futebol masculino, revelam que as barreiras enfrentadas pelas mulheres no esporte não são homogêneas. Neste sentido, a proposta de Crenshaw (1991) sobre a interseccionalidade contribui para compreender como gênero, raça, classe e outros marcadores se cruzam para produzir experiências distintas de exclusão. Mulheres negras, por exemplo, enfrentam não apenas o sexismo estrutural do campo esportivo, mas também o racismo institucional, o que pode dificultar ainda mais sua entrada e permanência nos cargos. Segundo Crenshaw (1991), quando políticas ou análises consideram apenas uma dimensão isolada da desigualdade — como gênero ou raça separadamente —, correm o risco de invisibilizar justamente as mulheres que se encontram na sobreposição dessas estruturas sociais e, embora os dados analisados não permitam examinar os marcadores de raça e classe, a interseccionalidade é mobilizada neste estudo como um referencial que auxilia na compreensão de como as desigualdades de gênero no futebol tendem a se articular, historicamente, a outros eixos de exclusão social.

O avanço profissional das mulheres é fortemente condicionado pelo grau de suporte institucional que recebem, sendo que o papel dos supervisores é determinante nesse processo de permanência ou evasão na carreira (Evans; Pfister, 2021; Hartzell; Dixon, 2019). No Brasil há um exemplo recente que coaduna essa afirmação. Leila Pereira, primeira mulher a presidir a Sociedade Esportiva Palmeiras, demonstra como uma liderança feminina pode transformar a gestão de um clube esportivo. Desde sua posse em dezembro de 2021, sob sua presidência, o Palmeiras conquistou mais de 30 títulos em competições organizadas por Conmebol, CBF e Federação Paulista de Futebol (FPF), incluindo o bicampeonato brasileiro (2022 e 2023), o tetracampeonato paulista (2022, 2023, 2024 e 2026), a Recopa Sul-Americana (2022) e a Supercopa do Brasil (2023).

A mandatária contratou mulheres para o cargo de técnicas da equipe profissional feminina — primeiramente Camila Orlando e, posteriormente, Rosana Augusto, reestruturou os locais de treinamento e jogos da equipe e, além disso, convocou e concedeu uma entrevista coletiva específica para jornalistas mulheres. Essas ações demonstram como o suporte institucional, aliado a uma liderança comprometida, pode promover o sucesso e a permanência das mulheres no esporte.

Ademais, a expansão midiática do futebol feminino, os investimentos realizados e as iniciativas promovidas pela FIFA, CBF e demais federações parecem estar gerando um aumento gradual da ocupação feminina em cargos de comissão técnica e arbitragem no futebol feminino, evidenciando uma crescente conquista de espaço pelas mulheres nesse esporte. No cenário do futebol masculino nacional, as mudanças ainda ocorrem de forma discreta. No entanto, em agosto de 2023, um marco importante foi alcançado: pela primeira vez uma equipe de arbitragem

composta exclusivamente por mulheres atuou em uma partida da Série B do Campeonato Brasileiro. As profissionais participaram de um curso de capacitação promovido pela CBF, em parceria com a FIFA (Histórico, 2023). Em abril de 2024, esse feito se repetiu na Série A, reforçando o avanço, ainda que gradual, da presença feminina na arbitragem de alto nível (Dorneles, 2024).

Apesar desses avanços, os dados indicam que as políticas institucionais promovidas pela FIFA e incorporadas pela CBF têm produzido efeitos mais visíveis no futebol feminino do que no masculino. No cenário masculino, a ocupação feminina sugere que tais iniciativas ainda operam de forma limitada frente a estruturas historicamente consolidadas. Isso aponta para a necessidade de políticas públicas e institucionais que ultrapassem ações normativas e simbólicas, incorporando mecanismos de acompanhamento, avaliação e responsabilização que promovam mudanças mais estruturais na organização do futebol brasileiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a ocupação de cargos por mulheres em comissões técnicas e de arbitragem nas divisões de elite do futebol brasileiro. Observa-se que, embora os cargos sejam predominantemente ocupados por homens, há um avanço na presença feminina, o que reforça a teoria de Eagly e Carli (2007) sobre a trajetória crescente da participação das mulheres em posições de liderança, ainda que haja barreiras no percurso.

Os resultados indicam que, na maioria dos cargos analisados, a ocupação por homens permanece superior a 50%, sugerindo que apesar dos recentes ganhos em representatividade e participação no futebol, as mulheres ainda são minoria nesse espaço, principalmente quando se analisa o cenário do futebol masculino, sendo perceptível que há certo estranhamento na atuação de mulheres em espaços tidos como masculinos. Ressalta-se que o afastamento das mulheres no esporte não se limita a contextos atuais, mas está enraizada em aspectos históricos e culturais nacionais que antecedem até mesmo a proibição oficial da prática esportiva por mulheres em 1941 no Brasil (Brasil, 1941).

Apesar da existência de normativas e legislações voltadas à promoção da igualdade de gênero no esporte, como o Decreto nº 11.458/2023 no Brasil, os resultados deste estudo indicam que a presença formal dessas políticas não tem sido suficiente para romper com as estruturas de desigualdade nas organizações esportivas. Segundo Darvin, Hancock e Williams (2021), ainda que haja leis e legislações que promovam a igualdade de oportunidades, há estruturas de desigualdades dentro das organizações, o que reforça as trajetórias enviesadas e o impedimento do progresso pelas mulheres. Isso evidencia que as barreiras enfrentadas por mulheres em diversos cargos, principalmente de liderança, não se restringem ao acesso inicial, mas persistem ao longo de suas trajetórias, limitando ascensão, permanência e reconhecimento profissional. Dessa forma, torna-se imprescindível que a legislação seja acompanhada de mudanças institucionais e culturais, com mecanismos efetivos de fiscalização, incentivos estruturais e formação crítica nos espaços esportivos.

Este estudo contribui para a compreensão das dinâmicas de gênero nas equipes do futebol brasileiro e reforça o que Goellner (2007) já propunha ao indicar a necessidade de epistemologias feministas na produção do conhecimento esportivo, capazes de visibilizar as trajetórias femininas e tensionar as desigualdades naturalizadas no esporte brasileiro. Ademais, os resultados indicam a persistência de desigualdades na ocupação dos cargos analisados, sugerindo a relevância de políticas e iniciativas voltadas à ampliação da participação feminina no futebol profissional. Para além da ampliação do acesso, é fundamental que as ações institucionais contemplem estratégias voltadas à qualificação profissional, à permanência e ao desenvolvimento de carreira dessas profissionais. Medidas como a exigência de dados desagregados por sexo e cor/raça nas entidades esportivas, o monitoramento de indicadores de equidade e a vinculação de incentivos financeiros ao cumprimento de metas de inclusão são exemplos de iniciativas aplicáveis ao contexto brasileiro e essenciais para promover ambientes institucionais mais equitativos e sustentáveis no longo prazo.

Cabe reconhecer que esta análise não se propõe a captar as experiências subjetivas, percepções ou trajetórias individuais das árbitras e integrantes das comissões técnicas. Além disso, a ausência de dados oficiais sobre raça/cor e classe social limita a realização de análises interseccionais mais aprofundadas. Embora os dados permitam identificar tendências quantitativas na participação de mulheres nas funções analisadas, este estudo não pretende explicar isoladamente os fatores estruturais que produzem tais desigualdades. Assim, os resultados devem ser compreendidos como um mapeamento da presença feminina nas divisões de elite do futebol brasileiro, indicando tendências que podem ser aprofundadas por investigações futuras que articulem abordagens quantitativas e qualitativas.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Jéssica; VIEL, Paula. Liderança feminina: o espectro da masculinização das mulheres e os desafios da desigualdade de gênero em posições de poder. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41., 2018, Joinville, SC. **Anais**. São Paulo: INTERCOM; 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0974-1.pdf>. Acesso em: 31 out. 2024.

ANJOS, Luiza Aguiar dos; RAMOS, Suellen dos Santos; JORAS, Pamela Siqueira; GOELLNER, Silvana Vilodre. Guerreiras Project: futebol e empoderamento de mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 1, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n144154>.

BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARREIRA, Júlia. Mulheres em cargos de liderança no esporte: rompendo o teto de vidro ou percorrendo o labirinto? **Movimento**, v. 27, e27080, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.118131>

BRASIL. **Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941**. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Rio de Janeiro, 14 abr. 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm. Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 11.458, de 30 de março de 2023**. Institui a estratégia nacional para o futebol feminino. Brasília, 30 de março de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11458.htm. Acesso em: 14 dez. 2023.

COTTER, David *et al.* The glass ceiling effect. **Social Forces**, v. 80, n. 2, p. 655-681, dez. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1353/sof.2001.0091>

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991. DOI: <https://doi.org/10.2307/1229039>

DARVIN, Lindsey; HANCOCK, Meg; WILLIAMS, Sarah. Perceptions of the sport leadership labyrinth through the career pathways of intercollegiate women administrators. **SN Social Sciences**, v.1, article n. 281, p. 3-23, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s43545-021-00289-1>. Acesso em: 30 jun. 2025.

DORNELES, Mauri. Brasileirão terá arbitragem 100% feminina pela primeira vez na história, nesta rodada. **CNN Esportes**, 26 abr. 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/brasileirao/brasileirao-tera-arbitragem-100-feminina-pela-primeira-vez-na-historia-nesta-rodada/#google_vignette. Acesso em: 30 jun. 2025.

EAGLY, Alice; CARLI, Linda. Women and the labyrinth of leadership. **Harvard Business Review**, v. 85, n. 9, p. 62-71, 146, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/5957753_Women_and_the_labyrinth_of_leadership. Acesso em: 30 out. 2024.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

EVANS, Adam; PFISTER, Gertrud. Women in sports leadership: a systematic narrative review. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 56, n. 3, p. 317–342, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/1012690220911842>

FERNANDEZ, Martín. Primeiras mulheres a apitar Copa do Mundo masculina celebram avanço: “Passo Histórico”. **GE**, 18 nov. 2022. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2022/11/18/primeiras-mulheres-a-apitar-copa-do-mundo-masculina-celebram-avanco-passo-historico.ghtml>. Acesso em: 30 set. 2024.

FERREIRA, Heidi Jancer; SALLES, José Geraldo Carmo; MOURÃO, Ludmila; MORENO, Andrea. A baixa representatividade de mulheres como técnicas esportivas no Brasil. **Movimento**, v. 19, n. 3, p. 103-124, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.29087>.

FIFA. Em números: por que a Copa do Mundo Feminina de 2023 é a maior da história. **FIFA**, 2023. Disponível em: <https://www.fifa.com/pt/tournaments/womens/womensworldcup/australia-new-zealand2023/articles/em-numeros-por-que-a-copa-do-mundo-feminina-de-2023-e-a-maior-da-historia>. Acesso em: 30 jun. 2025.

FIFA. **Women's Football Strategy: 2018-2027**. FIFA, 2018. Disponível em: <https://inside.fifa.com/womens-football/strategy>. Acesso em: 30 jun. 2025.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. **Movimento**, v. 13, n. 2, p. 173–196, 2007. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.3554>

HARTZELL, Allyson; DIXON, Marlene. A holistic perspective on women's career pathways in athletics administration. **Journal of Sport Management**, v. 33, n. 2, p. 79–92, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1123/jsm.2018-0127>

HISTÓRICO: equipe de arbitragem 100% feminina comandará jogo masculino pela primeira vez. **GE**, 2023. Disponível em: <https://ge.globo.com/sp/tem-esporte/futebol/noticia/2023/08/01/historico-equipe-de-arbitragem-100percent-feminina-comandara-jogo-masculino-pela-primeira-vez.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2025.

HONG, Fan; MANGAN, James-Anthony. **Soccer, women, sexual liberation: kicking off a new era**. London: Routledge, 2003.

KARK, Ronit; EAGLY, Alice. Gender and leadership: negotiating the labyrinth. In: CHRISLER, Joan C.; McCREARY, Donald R. **Handbook of gender research in Psychology**. New York: Springer, 2010. p. 443-468. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-1-4419-1467-5>

LIMA, Maria das Dores Pinto Sant'Ana; MÉLO, Roberta Souza; MACEDO, Christiane Garcia. Árbitras nordestinas: trajetórias de vida no futsal. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 44, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.44.e20220070>

NASCIMENTO, Jairo. Primeira mulher a comandar time da Bundesliga estreia com vitória. **CNN Esportes**, 29 jan. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/outros-esportes/primeira-mulher-a-comandar-time-da-bundesliga-estreia-com-valoria/>. Acesso em: 30 set. 2024.

NORMAN, Leanne. Feeling second best: elite women coaches' experiences. **Sociology of Sport Journal**, v. 27, n. 1, p. 89-104, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1123/ssj.27.1.89>

NUNES, Maíra; CARDIM, Maria Eduarda. Mulheres são mais cobradas em erros de arbitragem. Elas no ataque. **Correio Braziliense**, 3 ago. 2017. Disponível em: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/elasnoataque/mulheres-sao-mais-cobradas-em-erros-de-arbitragem/>. Acesso em: 9 jul. 2026.

OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo; TUBINO, Manoel. A inserção histórica da mulher no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 16, n. 2, p. 117-125, 2008. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rbcm/article/view/1133>. Acesso em: 18 set. 2023.

PASSERO, Julia Gravena; BARREIRA, Júlia; TAMASHIRO, Lucas; SCAGLIA, Alcides José; GALATTI, Larissa Rafaela. Futebol de mulheres liderados por homens: uma análise longitudinal dos cargos de comissão técnica e arbitragem. **Movimento**, v. 26, e26060, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.100575>

PASSERO, Julia Gravena; BARREIRA, Júlia; CALDERANI JUNIOR, Anderson; GALATTI, Larissa Rafaela. Gender (in) equality: A longitudinal analysis of women's participation in coaching and referee positions in the Brazilian Women's Basketball League. **Cuadernos de Psicología del Deporte**, v. 19, n. 1, p. 252-261, 2019. DOI: <https://doi.org/10.6018/cpd.348611>

REIS, Fábio Pinto Gonçalves; ARRUDA, Iván Eduardo de Abreu. Mulher, futebol e arbitragem: um espaço de conquista, tensão e resistência. **Revista EF Deportes**, v. 16, n. 162, nov. 2011. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd162/mulher-futebol-e-arbitragem.htm>. Acesso em: 18 set. 2023.

RONALD, Issy. Árbitra faz história como primeira mulher a apitar na Premier League. **CNN Esportes**, 15 dez. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/futebol/futebol-internacional/arbitra-fara-historia-como-primeira-mulher-a-apitar-na-premier-league/>. Acesso em: 18 set. 2023.

SCHUMAHER, Maria Aparecida. **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 15 maio. 2024.

SOUSA, Eustáquia; ALTMANN, Helena. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na Educação Física Escolar. **Cadernos Cedes**, ano XIX, n. 48, ago., 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32621999000100004>

WHISENANT, Warren; MILLER, John; PEDERSEN, Paul M. Systemic barriers in athletic administration: an analysis of job descriptions for interscholastic athletic directors. **Sex Roles**, v. 53, n. 11-12, p. 911-918, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11199-005-8309-z>

Abstract: This paper analyses the participation of men and women in technical staff and refereeing positions in the Série A of the Brazilian Men's Championship and the Série A1 of the Brazilian Women's Championship between 2020 and 2022, using data from the digital match reports of the Brazilian Football Confederation (CBF). In men's football, female participation in refereeing teams increased from 2.79% in 2020 to 5.22% in 2022, while their presence on coaching staffs was even more limited, ranging from 0% to 0.24%. In contrast, in women's football, the presence of women in leadership positions is more significant and growing, reaching over 40% of referees and 60% of assistant referees in 2022 and 39.89% representation on coaching staffs. The paper concludes that, despite persistent disparities, there has been significant progress in the women's occupation of positions in women's football.

Keywords: Football. Leadership. Sport. Policies.

Resumen: Este estudio analiza la participación de hombres y mujeres en cargos técnicos y de arbitraje en la Serie A del Campeonato Brasileño Masculino y la Serie A1 del Campeonato Brasileño Femenino (2020-2022), con datos de las actas digitales de la Confederación Brasileña de Fútbol (CBF). En el fútbol masculino, la presencia femenina en las comisiones de arbitraje creció del 2,79% en 2020 al 5,22% en 2022, mientras que en las comisiones técnicas fue aún más limitada, variando del 0% al 0,24%. En contraste, en el fútbol femenino, la presencia de mujeres en cargos de liderazgo es más expresiva y creciente, alcanzando más del 40% de árbitras principales y el 60% de árbitras asistentes en 2022, así como una representación del 39,89% en las comisiones técnicas. El estudio concluye que, aunque persisten desigualdades, hubo un avance significativo en la ocupación de cargos por mujeres en el fútbol femenino.

Palabras clave: Fútbol. Liderazgo. Deporte. Políticas.

LICENÇA DE USO

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja corretamente citado. Mais informações em: <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0>

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declararam que não existe nenhum conflito de interesses neste trabalho.

CONTRIBUIÇÕES AUTORAIS

Gabriela Weinert: Conceituação; Investigação; Metodologia; Redação – rascunho original.

Maria Thereza Oliveira Souza: Investigação; Redação - revisão e edição; Supervisão.

Guilherme Moreira Caetano Pinto: Metodologia; Redação – revisão e edição; Supervisão.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Os dados de pesquisa só estão disponíveis mediante solicitação.

COMO REFERENCIAR

WEINERT, Gabriela; SOUZA, Maria Thereza Oliveira; PINTO, Guilherme Moreira Caetano. Comissões técnicas e de arbitragem nas divisões de elite do futebol brasileiro: estudo comparativo da ocupação de cargos. **Movimento**, v. 32, p. e32044, jan./dez. 2026. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.147150>

RESPONSABILIDADE EDITORIAL

 Alex Branco Fraga*

 Elisandro Schultz Wittizorecki*

 Ileana Wenz**

 Mauro Myskiw*

 Raquel da Silveira*

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Porto Alegre, RS, Brasil.

** Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES, Brasil.